

HABEAS CORPUS Nº 486.959 - SP (2018/0346590-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA TERESA BASTIA VICHÍ - SP222348
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DOUGLAS ROBERTO FERREIRA DA ROCHA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DOUGLAS ROBERTO FERREIRA DA ROCHA contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu medida urgente de igual natureza.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito em 01/11/2018, como incurso nos arts. 14, 16, inciso II, e 17, todos da Lei n.º 10.826/2003, por ter em depósito espingardas e munições.

No presente *writ*, a Defensoria Pública de São Paulo alega, em síntese, que a decisão que decretou a prisão preventiva não está respaldada por fundamentos idôneos, bem como que as condições pessoais do Paciente favorecem a concessão de liberdade provisória.

Requer seja revogada a prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido pelo Ministro Presidente JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, em período de plantão judicial (fls. 41-42).

Informações às fls. 44-55.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 60-62).

É o relatório. Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no Verbete Sumular n.º 691/STF: "*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*", aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese, não estão presentes os requisitos para mitigação da Súmula n.º 691/STF.

Ao contrário do que alega a Defesa, não há teratologia a ser excepcionalmente reparada nesta via, tendo em vista que o decreto de prisão preventiva consignou a necessidade da medida a fim de que o Paciente, "*solto, não continue a fabricação e comercialização de armas de fogo*" (fl. 20), a revelar receio de reiteração delitiva e, por conseguinte, risco à ordem pública (art. 312 do Código de Processo Penal).

Destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

